

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS-ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS -DEECO

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: Uma perspectiva sobre os avanços e retrocessos (1995 – 2022)

RONAN AUGUSTO SOTERO MARTINO

MARIANA –MG

2023

RONAN AUGUSTO SOTERO MARTINO

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: Uma perspectiva sobre os avanços e retrocessos (1995 – 2022)

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do Grau em Economista.

Orientadora: Fernanda Faria Silva

MARIANA –MG

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M386p Martino, Ronan Augusto Sotero.

Políticas sociais no brasil [manuscrito]: uma perspectiva sobre os avanços e retrocessos (1995 - 2022). / Ronan Augusto Sotero Martino. - 2023.

43 f.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Faria Silva.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Política social. 2. Política pública. 3. Brasil - Política social. I. Silva, Fernanda Faria. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 304.4(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ronan Augusto Sotero Martino

"Políticas Sociais no Brasil: uma perspectiva sobre os avanços e retrocessos (1995 – 2022)".

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 15 Agosto de 2023.

Membros da banca

Profa. Dra. Fernanda Faria Silva- Orientador(a) - Departamento de Ciências Econômicas (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Dr. Paulo Roberto Oliveira - Departamento de Ciências Econômicas (Universidade Federal de Ouro Preto)
Msc. Jordana Ferreira da Silva (Doutoranda em Economia Aplicada - CEDEPLAR/ UFMG)

Profa. Dra. Fernanda Faria Silva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21 de Agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Faria Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/08/2023, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0573573** e o código CRC **0AE6B03F**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por me ajudar a superar todos os obstáculos que encontrei durante a minha graduação.

A minha esposa e aos meus familiares, que me apoiaram, acreditaram no meu potencial e compreenderam a minha ausência enquanto me dedicava aos estudos.

Aos professores pelos ensinamentos que me permitiram melhorar o meu desempenho na minha qualificação profissional.

Aos meus colegas do curso, à turma 18.1, com quem convivi muito nos últimos anos, pela amizade, união e troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como graduando.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
METODOLOGIA.....	10
CAPÍTULO 1: CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	11
1. Plano Real e Estabilização Monetária	11
1.2. O Governo FHC (1995-2002)	12
1.3 O Governo Lula (2003-2010).....	14
2. Desenvolvimentismo e Crise Econômica	16
2.1. A passagem do Governo Lula para Governo Dilma.....	16
2.2. Governo Temer	17
2.3. Governo Bolsonaro.....	18
CAPÍTULO 2: PRINCIPAIS POLÍTICAS SOCIAIS IMPLEMENTADAS EM CADA GOVERNO	21
1. Governo FHC (1995-2002).....	21
2. Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)	23
3. Governo Dilma Rousseff (2011-2016)	25
4. Governo Temer (2016-2018)	26
5. Governo Bolsonaro (2019-2022)	28
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DOS AVANÇOS E/OU RETROCESSOS (1995 – 2022)	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi analisar os avanços e retrocessos das políticas sociais no Brasil e seus impactos entre os períodos de 1995 a 2022, período da implementação do Plano Real ao ano marcado pela pandemia Covid-19. Ademais, este trabalho buscou apresentar as principais políticas sociais implementadas em cada governo no referido período em questão e analisar os seus avanços e retrocessos, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que considera diversos autores que publicaram sobre o tema. O estudo identificou os avanços e retrocessos mais importantes no que diz respeito às políticas sociais brasileiras. Quanto aos avanços, estes ocorreram nos governos FHC, Lula e Dilma (ou seja, de 1994 a 2016), quando as mesmas foram fortalecidas. Diversos auxílios foram criados, tais como políticas sociais de combate à pobreza por meio de transferência de renda, investimento na saúde, educação, moradia e previdência social. Pela estabilidade econômica vivenciada a partir de 1994, buscou-se construir uma agenda de proteção social baseada na distribuição da renda, na melhoria dos serviços de saúde e educação, com ações voltadas para a população mais pobre. Em relação aos retrocessos, que marcaram os governos Temer e Bolsonaro, houve uma redução de recursos de combate à pobreza, especialmente nos programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida. A volta da fome no país, a pobreza, o desemprego e a informalidade marcaram esses governos. Recursos são de extrema importância para se ter educação e saúde de qualidade, como também uma sociedade justa e igualitária.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Políticas Sociais, Sociedade Brasileira.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the advances and setbacks of social policies in Brazil and their impacts between the periods of 1995 to 2022, the period of implementation of the Real Plan to the year marked by the Covid-19 pandemic. In addition, this work sought to present the main social policies implemented in each government in the period in question and analyze their advances and setbacks, in favor of a more just and egalitarian society. This is bibliographic research that considers several authors who have published on the subject. The study identified the most important advances and setbacks with regard to Brazilian social policies. As for the advances, these occurred in the FHC, Lula and Dilma governments (that is, from 1994 to 2016), when they were strengthened. Several aids were created, such as social policies to combat poverty through income transfer, investment in health, education, housing and social security. Due to the economic stability experienced since 1994, we sought to build a social protection agenda based on the distribution of income, the improvement of health and education services, with actions aimed at the poorest population. In relation to the setbacks, which marked the Temer and Bolsonaro governments, there was a reduction in resources to combat poverty, especially in the Bolsa Família and Minha Casa Minha Vida programs. The return of hunger in the country, poverty, unemployment and informality marked these governments. Resources are extremely important to have quality education and health, as well as a just and egalitarian society.

Keywords: Public Policies. Social Policies, Brazilian Society.

INTRODUÇÃO

Em relação às políticas sociais no Brasil, compreende-se que os avanços em relação aos indicadores, tanto políticos, econômicos, quanto sociais, tem gerado impactos em relação a qualidade de vida da população, especialmente nas últimas décadas, o que é comprovado pelos estudos de Dweck e Teixeira (2018) e de Silva (2020). Compreende-se também a premência de novos modos de intervenção no que se refere às relações políticas sociais, de maneira que seja possível mitigar a disparidade social no Brasil.

Junto com a estabilidade monetária advinda com o Plano Real (1994), pode-se dizer que os avanços dos indicadores sociais ganharam proeminência mediante a implementação de políticas sociais podendo contribuir no apontamento da magnitude das carências a atender nas diversas áreas de intervenção (JANNUZZI, 2002). Vale mencionar que apesar dos avanços nas políticas sociais, alguns desafios e retrocessos são observados como a dificuldade de expansão, assim como integração dos serviços que são ofertados pelas políticas sociais.

Discutir sobre a questão social brasileira remete a considerar uma cadeia de temas complexos, alicerçados em fatores histórico-estruturais que culminaram em maior concentração de renda e riqueza e em questões econômicas envolvendo períodos inflacionários e crises das mais diversas, internas e externas. A partir do ano de 2008, por exemplo, a crise financeira instaurada no país e os seus impactos na inflexão para a adoção de políticas econômicas de maior austeridade verificadas em muitos países, foi tido por muitos como um retrocesso (DWECK, OLIVEIRA, ROSSI, 2018)

Houve perda de arrecadação por parte dos governos, o desmantelamento do financiamento de vários programas sociais, a crescente insegurança econômica, implicando ainda na ampliação preocupante da desigualdade social. Logo, surge a necessidade de diferentes políticas sociais que atendam a sociedade e possam enraizar, de maneira efetiva, a economia global na sociedade (IBGE, 2009).

Tal assertiva remete ao entendimento de que, mesmo diante da instauração de diversas políticas sociais almejando o desenvolvimento, ainda há diversos problemas sociais como pobreza e falta de inclusão social. Estas podem ser consideradas como um problema estrutural, haja vista que bem mais que a implantação

e implementação de programas sociais, é de fundamental importância que se supere pobreza no país, e principalmente, que haja a promoção da inclusão.

Compreende-se que o Estado brasileiro sob o atual contexto político e social, ao longo dos anos tem passado a desenvolver uma série de ações, bem como medidas interventivas no que se refere às políticas públicas relacionadas à área social através do organismo estatal visando atuar frente a garantia da renda, oferta de bens e serviços sociais, assim como inclusão social.

Sob a perspectiva das políticas sociais, entende-se que os retrocessos e avanços podem ser observados pela promoção ou falta dos instrumentos e ações públicas no desenvolvimento social (DWECK, OLIVEIRA, ROSSI, 2018). Compreende-se que as políticas sociais no Brasil estão ligadas às condições vivenciadas em níveis econômico, político e social (PIANA, 2009).

Nesse contexto, o presente estudo é norteado pelo seguinte problema de pesquisa: Quais os principais avanços e retrocessos nas políticas sociais no Brasil entre o período de 1995-2022. O problema de pesquisa compreende que, para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária, é imprescindível que as políticas sociais possam atender pessoas em vulnerabilidade. Apesar das políticas sociais não serem as soluções definitivas de combate à pobreza e à desigualdade social, é correto dizer que elas são um importante auxílio. Assim, é de fundamental importância que as esferas estaduais, federais e municipais, atuem em consonância, possibilitando assim o monitoramento e acompanhamento das famílias que vivem em situação de extrema pobreza.

Este trabalho tem como objetivo geral: analisar os avanços e retrocessos das políticas sociais no Brasil e seus impactos entre os períodos de 1995 a 2022, da implementação do Plano Real aos anos de pandemia do coronavírus (COVID-19). Os objetivos específicos foram: examinar a conjuntura brasileira contemporânea (da implementação do Plano Real aos anos da pandemia); apresentar as principais políticas sociais implementadas em cada governo do período em questão e, analisar as políticas de cada governo, para identificar seus avanços e retrocessos.

O presente trabalho está estruturado, além desta introdução, a metodologia utilizada na pesquisa, seguida da descrição da conjuntura econômica brasileira contemporânea, (da implementação do Plano Real aos anos de pandemia do

coronavírus (COVID-19)), descrevendo o plano e a estabilização monetária - o que ocorreu no Brasil no Governo FHC e Governo Lula; Desenvolvimentismo e Crise Econômica - a passagem do Governo Lula para Governo Dilma, Impeachment, Governo Temer e Governo Bolsonaro, apresentando os principais acontecimentos na política e economia no país. A seguir, é apresentado as principais políticas sociais implementadas, seguida da análise comparativa dos programas desenvolvidos, apresentando avanços e/ou retrocessos em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Por fim é apresentado as considerações finais do trabalho.

METODOLOGIA

Em relação à metodologia da monografia, pode-se dizer que a pesquisa é bibliográfica de cunho qualitativo. Sob a perspectiva de Turtelli (2003), entende-se que o presente projeto corresponde à pesquisa do tipo bibliográfica, onde este tipo de pesquisa inclui pesquisas do tipo documental, desenvolvida a partir de material já elaborado como livros e artigos científicos.

No que se refere a análise de dados, cabe dizer que foram utilizadas as orientações gerais da análise de conteúdo que, segundo Minayo (2001), passa a ser devidamente estruturado com as seguintes fases: pró-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Foi organizado todo material coletado, definindo as unidades de registro e de contexto, os trechos significativos e as categorias, definidas a partir dos objetivos e questões do estudo.

A nível acadêmico e científico, o levantamento da temática é de grande relevância por trazer dados imprescindíveis para o entendimento dos avanços e retrocessos nas políticas sociais que ocorreram no país nas últimas décadas. Além disso, auxiliou em trazer evidências quanto à necessidade de aprimoramento das políticas sociais afim de ampliar a cobertura assistencial, reduzindo o quadro de situação de extrema pobreza no país, gerando uma sociedade mais justa e igualitária.

CAPÍTULO 1: CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Este capítulo teve como objetivo analisar a conjuntura brasileira contemporânea (da implementação do Plano Real aos anos atuais). O capítulo apresenta o Plano Real e estabilização monetária - o que ocorreu no Brasil após o Plano Real, no Governo FHC e Governo Lula; Desenvolvimentismo e Crise Econômica - a passagem do Governo Lula para Governo Dilma, Impeachment, Governo Temer e o Governo Bolsonaro, apresentando os principais acontecimentos na política e economia no país após a implementação do Plano Real.

1. Plano Real e Estabilização Monetária

O Brasil passou por um período de inflação considerada crônica até meados de 1990. Buscava-se a estabilização de preços por meio de vários planos como: Plano Collor, Planos Cruzado I e II; Plano Bresser e Plano Verão, mas a estabilização monetária só ocorreu com o Plano Real (PR) em 1994 (MIRANDA, 2015). De acordo com o autor, o plano, combinando a ajuste fiscal, a utilização de moeda indexada e âncora cambial, fizeram com as taxas de inflação na economia brasileira reduzissem a níveis relativamente baixos e, com isso, incorporou as três funções da moeda: unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento.

Conforme informações do Banco Central do Brasil (BCB), o Plano Real iniciou-se em 1994 como forma de controlar a inflação no Brasil. A moeda, passando a circular em 1º de julho de 1994, a mudou o cenário de uma inflação que chegou a 4.922% em junho de 1994, considerando um período de 12 meses, completados um dia antes do lançamento da nova moeda. Introduziu-se, assim um novo padrão monetário, implicando, com o Real, a necessidade urgente do novo meio circulante a partir de 1º. julho de 1994. Desta forma, o plano ocorreu em três fases, a saber: esforço de ajuste fiscal para a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), buscando o aumento da arrecadação tributária e a flexibilidade da gestão orçamentária em 1994/1995; utilização de uma moeda escritural denominada Unidade Real de Valor (URV) e considerada como unidade de conta; introdução do novo padrão monetário, o real, passando a circular a partir de 1º. julho de 1994 (BRASIL, 2020).

A implantação do Plano Real ocorreu ao longo de 1993 e 1994. Fernando Henrique Cardoso (FHC) era o Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco e as mudanças propostas por sua equipe rompeu com as medidas adotadas em outros governos, o que fez com que o plano gerasse desconfianças e, para que as principais medidas do plano fossem implantadas, seria o necessário o apoio do Congresso (ABREU, 2014).

Fochezatto (2004) destaca as seguintes medidas de política econômica pelo Plano Real: controle da taxa de câmbio, controle da oferta de moeda e controle da taxa de juros básica. Segundo o autor, a primeira fase do plano foi marcada por uma combinação entre câmbio apreciado, restrição monetária e taxa de juros relativamente elevada, provocando, assim, a queda dos preços, e aumento das importações do déficit público. A redução da inflação fez com que aumentasse a demanda agregada doméstica, possibilitando a substituição de importações e o aumento das exportações

Importante destacar que o controle da inflação fez com que o Plano Real fosse bem aceito e isso ocasionou a vitória de Fernando Henrique nas eleições para presidente em 1994 (ABREU, 2014). O mesmo autor alega que o FHC assumiu a Presidência em meio a um clima de otimismo devido à evolução do processo inflacionário. Com o Plano Real, esperava-se mais espaço para a diversidade da política econômica, mas a consolidação da estabilização era mais problemática do que se esperava, consumindo boa parte dos melhores esforços de seus dois mandatos.

1.2. O Governo FHC (1995-2002)

Compreende-se que o Plano Real, ao diminuir a inflação, trouxe dificuldades e desafios na condução da política econômica. Segundo Abreu (2014), a deterioração do quadro fiscal, a súbita redução da receita de senhoriagem e o agravamento do quadro externo em decorrência da desestabilização causada pela crise mexicana foram os principais desafios. Assim, já não se tratava mais de concentrar todos os esforços no objetivo maior de pôr fim ao processo de alta inflação e sim de lidarem com esses desafios.

Importante destacar que houve controvérsias dentro da equipe de governo FHC (ABREU, 2014). Conforme o autor, de um lado estavam os defensores do regime cambial iniciado em julho de 1994, argumentando sobre os riscos de uma alteração

cambial e seus efeitos sobre a inflação e, do outro, os seus críticos que alertavam para a questão da restrição externa ao crescimento e entendiam que a taxa de câmbio estaria sobrevalorizada. Essa restrição perdurou por todo o primeiro mandato de FHC, arrastando-se até a campanha eleitoral de 2002, comprometendo a eficácia com que o governo pôde enfrentar os novos desafios de política econômica que haviam aflorado na esteira do sucesso do Plano Real.

Percebe-se que a crise mexicana fez com que os economistas ficassem mais cautelosos, a necessidade de financiamento externo da economia teria que ser mantida em níveis bem mais moderados do que se imaginava possível. Várias privatizações foram realizadas e uma das mais importantes foi a da Vale do Rio Doce. Verificou-se que a liberação comercial sofreu uma reversão durante o governo FHC, ainda que estivesse havendo um imenso esforço com a substituição do plano de estabilização pelo Plano Real (WERNECK, 2014a).

Segundo Rodrigues e Jurgenfeld (2019), no governo FHC, não só cresceu o número de privatizações, como também os processos para suas realizações foram facilitados por meio de leis, decretos e medidas provisórias. Somente no primeiro governo FHC foram desestatizadas 31 empresas, envolvendo empresas de energia, telecomunicações, transporte e mineração.

As privatizações trouxeram resultados mais convincentes para o Governo FHC, exigindo mudanças importantes na legislação infraconstitucional, o que contribuiu para a privatização nos setores de petróleo, energia elétrica e telecomunicações (WERNECK, 2014a). Em 1997, a reeleição de FHC foi aprovada e sua popularidade estava em crescimento. Neste mesmo ano estourou a Crise Asiática, o que, juntamente com a vulnerabilidade econômica brasileira, trouxe enormes preocupações, situação que foi controlada (WERNECK, 2014a).

O primeiro mandato do governo FHC foi marcado pela estabilização monetária com liberalização comercial e privatizações com um crescimento acompanhado de um aumento do consumo e da renda (PINHEIRO JUNIOR, 2012). Segundo o autor, houve um crescimento do gasto social até o fim deste mandato (em média 22%). Porém em 1997, a instabilidade econômica mundial e o risco de colapso no balanço de pagamentos reduziram o crescimento e aumentou o desemprego. Já no segundo mandato, houve um ritmo de crescimento mais lento, com fragilidade da

economia nacional em face da crise mundial (alta do câmbio e pressão sobre a dívida externa) (PINHEIRO JUNIOR, 2012).

Conforme explicam Oliveira e Turolla (2003), o segundo mandato de FHC foi marcado por mudanças na área fiscal que se iniciaram durante o primeiro mandato, apresentando resultados somente no segundo governo. Foi introduzido o Plano de Estabilidade Fiscal, em outubro de 1998, passando a estipular o patamar de superávit primário do setor público necessário para a estabilização da razão dívida/produto. Foram criadas metas de superávit primário, desenhadas para estabilizar a razão entre a Dívida Líquida do Setor Público e o PIB.

Importante destacar que no início de 2000 acreditava-se numa economia mais sólida do que a de um ano antes, em um controle da inflação e que a turbulência deflagrada pela desvalorização já havia sido superada. Mas o Brasil vinha sofrendo com incertezas no quadro político já que o país estava prestes a encarar uma escassez de energia, causando enorme vulnerabilidade da economia (WERNECK, 2014a). Segundo o autor, houve queda da popularidade do governo da época, o que aumentou a popularidade dos candidatos da oposição. O autor ainda destaca uma tentativa de renegociação do acordo com o FMI para a estabilização da economia, que acabou sendo firmado com o comprometimento em cumpri-lo realizado pelo próximo presidente, o Lula (WERNECK, 2014a).

Assim, observa-se que, nos dois mandatos de FHC, alguns problemas não foram resolvidos. A precariedade da saúde continuava, bem como a má distribuição de renda a desigualdade social e, acesso limitado a uma educação pública de qualidade.

1.3 O Governo Lula (2003-2010)

O final do Governo FHC marcou uma grande mudança na política brasileira. Depois de três tentativas mal sucedidas, o Partido dos Trabalhadores (PT) venceu as eleições. No início do Governo Lula, havia incertezas em relação à economia, mas já em 2004 sua política econômica ganhou confiança e já começou a trazer benefícios para o país (WERNECK, 2014b).

O autor ainda destaca que a reconstrução da confiança foi facilitada pela melhora da balança comercial, pela prolongada depreciação cambial e aumento da demanda mundial pelas exportações brasileiras. Contas externas mais sólidas e rápida

redução da incerteza logo deram lugar a vigorosa apreciação cambial e forte queda nos indicadores de risco-país ao longo do primeiro semestre de 2003 (WERNECK, 2014b).

Vieira (2011) comenta que o primeiro mandato de Lula foi marcado pela continuidade das políticas monetária, fiscal e cambial do governo FHC e, também pela manutenção do Regime de Metas de Inflação. A continuidade dessa política era a manutenção da estabilidade e do funcionamento da economia de mercado (MIRANDA, 2015).

Para Miranda (2015), houve crescimento do emprego. Porém, a informalidade também aumentou e a produtividade não, e o crescimento do produto interno foi inexpressivo, gerando problemas de infraestrutura, causando estrangulamentos. Além disso, havia falta de estímulo de outros investimentos pela alta de juros. O autor destaca que o Brasil avançou em sua integração financeira com outros países, mas devido ao capital atraído pelos juros altos, ocorreram oscilações nas taxas de câmbio (MIRANDA, 2015).

Devido ao crescimento rápido da economia a partir de 2004, Lula foi reeleito. Uma das causas de seu desempenho eleitoral ocorreu pelo sucesso das políticas de redistribuição de renda que haviam sido adotadas no primeiro mandato (WERNECK, 2014b). Em 2007, o governo Lula lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o fim de incrementar as infraestruturas do país. De acordo com Werneck (2014), o programa do PT foi baseado em políticas distributivas, como exemplo o “Fome Zero”, que abriu portas para o Bolsa Família, que teve seu alcance expandido rapidamente.

Na metade de 2007, o crédito hipotecário norte-americano demonstrava-se preocupante e a crise foi se intensificando, até estourar no ano de 2009, sendo o Brasil o menos afetado em relação a outros países. O impacto não chegou a ser tão reduzido como a simples “marolinha” que, de início, havia sido antevista pelo Presidente Lula. Mas tampouco foi tão devastador e duradouro como se temia. A crise levou o governo a mudar algumas políticas econômicas, usando como pretexto para o Estado influir na economia do país e até mesmo lançar a candidatura da potencial presidente Dilma Rousseff, no início de 2009. Dilma havia sido escolhida para estar à frente do plano e assim aumentar sua visibilidade e ter condições de construir uma candidatura forte nas eleições presidenciais de 2010 (WERNECK, 2014b).

2. Desenvolvimentismo e Crise Econômica

2.1. A passagem do Governo Lula para Governo Dilma

Houve liberdade para mudanças importantes no regime fiscal brasileiro devido à crise financeira internacional que atingiu a economia brasileira no último trimestre de 2008 (WERNECK, 2014b). Dweck e Teixeira (2017) destacam que resultados positivos da política econômica de combate à crise de 2008 marcaram o início do Governo Dilma. No primeiro mandato, houve uma desaceleração do crescimento econômico. Segundo os autores, o efeito do ciclo político e a tentativa de reduzir o papel da política fiscal em favor da monetária marcaram o primeiro ano do governo Dilma (DWECK; TEIXEIRA, 2017). Desta forma, observou-se a recuperação da crise e preocupou-se com a aceleração inflacionária, ocorreram mudanças na política econômica com reversão da política fiscal dos anos anteriores e redução da taxa de juros pelo Banco Central. O superávit primário foi ampliado, além da contenção do ritmo de crescimento das despesas.

Ainda, segundo Dweck e Teixeira (2017), surgiu a “nova matriz macroeconômica”, constituída pelo conjunto de medidas para estimular a economia por meio dos gastos públicos, adotadas pelo Governo Dilma a partir de 2012. Houve também a retomada da convenção do crescimento no Brasil entre 2004 a 2014. A economia brasileira era de desaceleração, no primeiro mandato de Dilma e, a partir do primeiro ano do segundo mandato, passou a ser de recessão.

Citando Singer (2016), Vieira (2018) aponta as atividades do primeiro mandato de Dilma:

Redução dos juros: considerada a principal mudança, levada a cabo pelo então ministro da fazenda Guido Mantega e propagandeada pela presidente. Efetivamente, o governo abaixou os juros dos bancos públicos, pressionando, assim, os bancos privados a fazerem o mesmo para manter a concorrência.

Uso intensivo do BNDES: este aumentou consideravelmente sua linha de crédito por meio de repasses recebidos diretamente do tesouro.

Aposta na reindustrialização: foi lançado, em agosto de 2011, o Plano Brasil Maior, que previa a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), a ampliação do MEI (Microempreendedor Individual), e mais de 280 outras medidas.

Desonerações: além da desoneração da folha de pagamentos em alguns setores, houve a desoneração do IPI e do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), o Reintegra (Regime Especial de Reintegração dos Valores Tributários para as Empresas Exportadoras) e mudanças no regime de tributação do setor automotivo.

Plano para infraestrutura: foi lançado um programa de investimentos em logística que previa altos recursos para rodovias e ferrovias.

Reforma do setor elétrico: a medida provisória que previa baratear em 20% o preço da energia elétrica atendia tanto às indústrias quanto às camadas mais pobres da população.

Desvalorização do real: o Banco Central agiu para desvalorizar o real, de modo a aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Controle de capitais: foram tomadas providências para impedir que a entrada de dólares valorizasse o real.

Proteção ao produto nacional: aumentou-se os impostos sobre produtos importados e criou-se um plano para compras de mercadorias nacionais por setores públicos. (SINGER, 2016 *apud* VIEIRA, 2018).

Para Souza e Hoff (2019), a política dos governos de Lula e Dilma foi neodesenvolvimentista. A massa de trabalhadores desempregados, subempregados, autônomos e trabalhadores em situação de pobreza foram incorporados, deixando de lado a burguesia interna brasileira, a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato. Desta forma, pretendia-se buscar o crescimento econômico e social brasileiro, além do fortalecimento do capitalismo no país. Os programas adotados foram os de transferência de renda, atendendo a interesses das classes dominadas, mas não houve rompimento com a política neoliberalista do bloco político no poder (SOUZA; HOFF, 2019).

Ressalta-se que analistas brasileiros passaram a criticar a política econômica do governo Dilma por considerarem que o abandono do tripé do neoliberalismo (controle da inflação com juros altos, superávit primário elevado e câmbio flutuante) foi a causa de um desarranjo geral e o surgimento da crise econômica que passou a fazer parte do cotidiano da população (VIEIRA, 2018). Para Vieira (2018), o tipo de política econômica baseada na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura (Desenvolvimentismo) foi o responsável pelo enfraquecimento de Dilma.

2.2. Governo Temer

Em abril de 2016, houve o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o que marcou o fim do ciclo petista de governo, deixando de lado as estratégias neodesenvolvimentistas¹ de crescimento econômico, dando espaço ao neoliberalismo de

¹ Estratégias que tem como seus principais eixos o desenvolvimento econômico, em associação com um conjunto de políticas destinadas a atenuar as desigualdades sociais e promover o crescimento interno.

Michel Temer (SOUZA; HOFF, 2019). Após uma recessão ocorrida entre 2014 e 2016, na economia brasileira, inicia-se um processo de recuperação lenta, podendo na verdade ser caracterizada como uma situação de estacionamento, ou seja, uma economia com crescimento baixo e estável, por volta de 1,0% ao ano a partir de 2017 (levando a um crescimento praticamente nulo do PIB per-capita) (IPEA, 2020)

Logo no primeiro ano de mandato, o presidente Temer iniciou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016, em 15 de dezembro de 2016 (Emenda Constitucional nº 95). A PEC 241/2016 tinha como objetivo reduzir o crescimento dos gastos públicos e equilibrar as contas públicas do país. O rígido controle de gastos fixou por até 20 anos um teto limite para as despesas primárias do estado, que passaram então a ser reajustadas pelos gastos realizados no ano anterior, corrigido pela inflação, mantendo assim a meta de resultado primário estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outras medidas foram adotadas no Governo Temer, entre elas a Proposta de Reforma da Previdência - PEC 287/2016, as retiradas importantes de metas sociais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano de 2017 e a política na habitação. Com a reforma da previdência, houve o aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos, com 49 anos de contribuição previdenciária para acesso ao benefício integral. Já com a política de habitação, houve prejuízos da habitação popular, uma vez que esta medida fez com que se rompesse o compromisso social dos governos anteriores (SOUZA, HOFF, 2019). Compreende-se que, no Governo Temer, houve aumento da desigualdade social e da concentração de renda, uma vez que a medida retirou direitos das camadas mais pobres.

2.3. Governo Bolsonaro

A economia brasileira apresentou um cenário muito delicado no final de 2019. O Brasil seguiu por três anos uma estagnação econômica depois da recessão ocorrida em 2015 e 2016, com queda acumulada de 7 pontos percentuais do PIB. Desta forma, manteve um nível de crescimento na ordem de 1% ao ano, considerado relativamente baixo. Tanto em termos regionais, raciais e de gênero, aumentou taxa de desemprego, o grau de informalidade, a subutilização da força de trabalho e a desigualdade de renda (IPEA, 2020).

No período de 2014-2018, verificou-se grande aumento nas taxas de pobreza e extrema pobreza no país. Desta forma, compreende-se que as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro para enfrentar essa crise têm reduzido a capacidade de amortecimento da rede de proteção social, como o contingenciamento de recursos para os centros socioassistenciais (IPEA, 2020).

O governo de Jair Bolsonaro é considerado por Castilho e Lemos (2021), um solo fértil para a aceleração das políticas ultraconservadoras e ultraneoliberais. Sua política estava sendo voltada para sucessivos cortes e privatizações. Conforme explicam os autores, em março de 2020, os trabalhadores/as informais representavam 40,6% do total de trabalhadores ocupados no País. Além disso, cerca de 40 milhões de pessoas estariam abandonadas pelo Estado, servindo de indicadores das desigualdades sociais e de exploração (CASTILHO; LEMOS, 2021).

O governo de Bolsonaro teve Paulo Guedes como Ministro da Economia, seguindo seu posicionamento mais liberal. O presidente e a pasta econômica contaram com uma agenda de privatizações de empresas estatais (RODRIGUES, 2022). Rodrigues (2022) enfatiza que, em maio de 2018, houve a flexibilização dos direitos trabalhistas e, em 2020, o presidente e sua equipe instituíram o auxílio emergencial e uma série de benefícios para mitigar os efeitos causados pela crise do novo coronavírus.

O Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982, de 2020, é considerado uma das maiores iniciativas do Governo Bolsonaro com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus (COVID-19) para a parte mais vulnerável da população (beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais (MEI).

Em maio de 2022, o presidente Bolsonaro sancionou a lei 14.342, garantindo assim o Auxílio Brasil permanente de no mínimo R\$ 400 mensais. Este auxílio substituiu a Bolsa Família durante a pandemia da Covid-19. Conforme o Ministério da Economia (BRASIL, 2022), as principais medidas econômicas do Governo Federal de combate à pandemia foram:

- a) Auxílio Emergencial 2021: com pleno respeito às contas públicas, ocorreu ajuda direta às pessoas que mais perderam renda por causa da pandemia;

- b) Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - Novo Bem: para enfrentamento das consequências pandemia da Covid-19 no âmbito das relações de trabalho - por até 120 dias, poderia haver redução da jornada de trabalho e proporcionalidade no salário de seus empregados e o governo complementaria o salário do trabalhador na forma da lei;
- c) Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Pronampe: estabelecido em 2020, permitiu o enfrentamento dos impactos da pandemia do novo coronavírus, no esforço de reduzir os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o emprego e a preservação das empresas de pequeno e médio porte, tornando-se permanente em 2021;
- d) Compras e contratações relacionadas à Covid-19: medidas direcionadas à aquisição de bens, contratação de serviços e insumos destinados ao enfrentamento à Covid-19 em 2021;
- e) Tarifa zero: assegurado até 31 de dezembro de 2021, zerava a tarifa de importação sobre itens essenciais ao combate à Covid-19.

CAPÍTULO 2: PRINCIPAIS POLÍTICAS SOCIAIS IMPLEMENTADAS EM CADA GOVERNO

Este capítulo tem o objetivo de apresentar as principais políticas sociais implementadas em cada governo do período de 1994 a 2020. O capítulo traz informações sobre as políticas sociais dos governos: FHC (1995-2002); Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010); Dilma Rousseff (2012-2016); Temer (2016-2018) e, os dois primeiros anos de mandato do Governo Bolsonaro (2019 e 2020).

1. Governo FHC (1995-2002)

O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu o governo em um momento de crise em função dos gastos desnecessários com as políticas sociais. Como causas da crise, compreende-se que não houve planejamento e coordenação, houve superposições de competências entre os entes da Federação, indefinição de prioridades, pouca capacidade redistributiva das políticas sociais, além da carência de critérios transparentes para a alocação de recursos. Desta forma, o Governo FHC pretendeu uma conciliação da estabilização com as metas de reforma e melhoria da eficiência das políticas públicas. Buscou-se a descentralização – transparência e acompanhamento; a flexibilização - abertura de setores para investimentos privados/ privatizações e, parcerias com iniciativas da sociedade civil (terceiro setor) e, a focalização - critérios para selecionar a população-alvo de programas (PINHEIRO JUNIOR, 2012).

Tiezzi (2004) comenta que o governo FHC se iniciou num momento grave para o Brasil, em relação à situação social da população - havia um grande contingente de brasileiros vivendo em situação de pobreza e indigência, com elevados índices de desigualdades de riqueza e de renda. De acordo com Tiezzi (2004), a gravidade da situação social brasileira exigiu programas e medidas a curto prazo. Desta forma, o governo FHC selecionou um conjunto de ações e programas considerados importantes para enfrentar pontos de estrangulamento mais dramáticos (como a reforma agrária), para acelerar o processo de reforma e reestruturação de serviços sociais (melhoria do ensino fundamental) e para proporcionar atenção a grupos sociais que requeriam ação imediata e inadiável (redução da mortalidade na infância, a renda

mínima para idosos e deficientes de baixa renda e a erradicação do trabalho infantil) (TIEZZI, 2004).

Para combater a fome e a miséria, enfrentar as situações sociais de emergência e de calamidade pública, foi desenvolvido o Programa Comunidade Solidária para aprimorar os programas federais direcionados para regiões mais vulnerabilizadas, coordenar e focalizar suas ações de acordo com a necessidade e eficácia. Posteriormente, adotou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONUo que passou a ser considerado o critério de alocação de recursos e criação de programas de transferência direta de renda para as famílias mais pobres, dando origem à Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação (TIEZZI, 2004).

Desta forma, eliminaram-se burocracias facilitando a chegada de recursos financeiros aos beneficiários (TIEZZI, 2004). Para o autor, o maior modelo de política social do governo FHC foi a criação do Conselho da Comunidade Solidária, este formado por ministros das áreas econômica e social do governo e de pessoas da sociedade civil para o acompanhamento da ação social da administração federal. Esse conselho objetivou propor medidas e sugerir modificações de rumo, além articular formas de parceria entre o governo, sociedade civil e suas diversas organizações no enfrentamento da questão social. Formaram-se então parcerias com empresas, universidades, sindicatos, ONGs, igrejas e outras instituições desenvolvendo atividades de política social de acordo com as necessidades e carências por meio dos programas Alfabetização Solidária, Universidade Solidária, Artesanato Solidário e Capacitação Solidária (TIEZZI, 2004).

Complementando, Almeida (2004) destacou que no governo FHC foram criados programas componentes de uma rede de proteção social, dentre eles a previdência rural e os programas não-contributivos da assistência social como a Bolsa-Escola, Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, Agente Jovem, Programa de Saúde da Família, Programa de Apoio à Agricultura Familiar, além do Projeto Alvorada, para os 2.361 municípios brasileiros com habitantes situados abaixo da linha da pobreza. Estes programas eram voltados para a transferência direta de renda monetária aos beneficiários, cuja gestão ficava a cargo do governo federal, acabando assim com a distribuição de cesta básica de alimentos, que provocavam manipulação clientelista (ALMEIDA, 2004).

Em relação às políticas sociais, Draibe (2003) destaca que foram poucas as reformas radicais das políticas sociais, ocorrendo reformas parciais no ensino fundamental, na previdência social e na saúde, e foram introduzidas ou iniciadas na educação infantil, no ensino médio, nos programas de inserção produtiva (microcrédito) e nos programas de combate à pobreza.

2. Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) governou o Brasil por dois mandatos, de 2003 a 2011, seu governo foi marcado por projetos pela ascensão da classe C e o crescimento econômico do Brasil. Conforme explica Fagnani (2011), a situação da economia, no início do primeiro governo Lula, era crítica, uma vez que, em 2002, a inflação chegou a 12,5%. A taxa de juros (Selic) atingiu 25%, as reservas internacionais atingiram seu menor nível desde 1994, com um saldo de transações correntes negativo, a relação dívida externa bruta/PIB chegou ao patamar mais alto dos últimos anos (42%). No início do governo, a economia ficou em 2,7%, sem crescimento; a dívida líquida do setor público atingiu 57% do PIB; as despesas com juros foram altas, chegando a 9% do PIB. Além disso, surgiu desconfiança em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao presidente Lula (FAGNANI, 2011).

Para Almeida (2004), Lula, no início de seu governo, contava com propostas para a área social colocando os mais pobres no centro da política social. Foram apontados vários programas do governo Lula em diversas áreas, conforme no Quadro 1.

Quadro 1 – Programas Sociais do Governo Lula

Programas	
Reforma da previdência Fome Zero Bolsa Família	Constituíram as principais iniciativas do governo Lula na área social O Bolsa-Família prevê uma parcela de renda transferida sem contrapartidas, criando um piso mínimo de renda familiar no país, e a possibilidade de uma segunda parcela condicionada à frequência das crianças na escola
Primeiro Emprego	Incentivar o emprego de jovens pobres e lançado pelo Ministério do Trabalho em 2003. Não conseguiu sair do papel
Políticas de Saúde	Marcadas por forte continuidade em relação ao governo FHC
Combate ao analfabetismo	Pareceu ocupar o centro da política educacional no início de governo
Educação Básica	Transformação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) em Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), o que possibilitaria a inclusão do ensino médio no sistema de incentivos idealizado pelo governo anterior

Fonte: Adaptado de Almeida (2004)

Para Pochmann (2011), com o governo Lula, houve a recuperação do papel do Estado, o que foi fundamental para que o Brasil pudesse lutar pela superação do subdesenvolvimento. Percebeu-se um crescimento econômico duas vezes maiores que na década de 1990 combinado com a redistribuição da renda, além da elevação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional (44% em 2010) (POCHMANN, 2011).

Conforme apontaram Miani e Oliveira (2022), no governo Lula, houve um compromisso com o combate à miséria e às desigualdades sociais. Como exemplo pode-se citar o programa assistencial de transferência de renda Bolsa Família, que tirou milhões de brasileiros da extrema pobreza, proporcionando um processo de distribuição de rendas. Os autores afirmam que, no governo Lula, o desemprego diminuiu, ocorreu o controle da inflação e a valorização do salário mínimo, promoveram-se políticas de

igualdade racial e de gênero, além de desenvolvimento de programas voltados à educação como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), criado em 2004, que oferece bolsas de estudo em instituições privadas a estudantes de baixa renda, além do SISU (Sistema de Seleção Unificada), plataforma criada pelo MEC em 2010 para gerir as inscrições nas instituições públicas de ensino, entre outras conquistas (MIANI; OLIVEIRA, 2022).

3. Governo Dilma Rousseff (2011-2016)

Tanto o Governo Lula e Dilma investiram em políticas sociais de cunho compensatório, tendo o Programa Bolsa Família como o carro-chefe. Suas políticas promoveram o aumento do emprego e do salário, possibilitaram avanços relativos à educação, à saúde e à assistência social e a desigualdade de renda caiu de forma inédita na história do país, ocorrendo o acesso a direitos, bens e serviços (VIEIRA, 2018).

De acordo com Miani e Oliveira (2022), Dilma Rousseff seguiu e defendeu o projeto social-desenvolvimentista do governo Lula. Políticas sociais como o Programa Bolsa Família, o Programa Luz para Todos, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa Brasil Sorridente e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foram incorporados ao seu governo. No primeiro trimestre de seu primeiro mandato, a presidenta lançou o Programa Rede Cegonha, de apoio a gestantes, nutrízes e bebês e, gradativamente foi ampliando as políticas existentes, apresentando e implementando suas próprias políticas (MIANI; OLIVEIRA, 2022).

Martins (2023) destacou o Plano Brasil sem Miséria no governo de Dilma Rousseff. Apesar dessa política ter sido criada para resgatar um contingente de pessoas, muitas pessoas ainda se encontravam na extrema pobreza. De acordo com o autor, este plano operacionalizou as dimensões de segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso à água potável e à energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho. Além disso, reforçaram as ações presentes no Bolsa Família e avançou em outras frentes, como os programas Luz para Todos, Água para Todos e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Porém, a crise aprofundada a partir de 2014 fez com que aumentasse o número de pessoas em situação de pobreza a partir desse ano (MARTINS, 2023)

Silva *et al.* (2017) destacam a fragilidade do segundo mandato de Dilma (2015–2016) e o enfraquecimento do Partido dos Trabalhadores (PT). Havia um cenário de crise política no país, a oposição se fortaleceu, gerando um golpe político-institucional, restringindo o Estado em relação às Políticas Sociais, ficando este voltado mais para o fator econômico. A presidenta Dilma foi afastada do governo, sendo este assumido por Temer em 31 de agosto de 2016.

4. Governo Temer (2016-2018)

No Governo de Michel Temer, de acordo com Bianchetti, Nascimento e Peixoto (2022), a participação orçamentária passou de 0,10% para 0,04% em relação às políticas sociais e à execução orçamentária. Extinguiram-se os Ministérios da Previdência Social, da Ciência e Tecnologia, da Cultura (posteriormente recriado pela MP 728/2016), entre outros. Além disso, o Ministério da Justiça passou a ser Ministério da Justiça e Cidadania, incorporando a Secretaria de Política para as Mulheres e os temas relacionados à igualdade racial e aos direitos humanos (BIANCHETTI; NASCIMENTO; PEIXOTO, 2022). Pode-se perceber uma disputa entre dois projetos opostos a partir de 2016, um marcado pela radicalidade do projeto neoliberal do governo Temer com cortes de políticas sociais e outro voltado a propostas socialdemocratas, em suas várias versões dos últimos governos (COHN, 2020).

Bianchetti, Nascimento e Peixoto (2022) apontam as políticas de cunho neoliberal ministrados por Michel Temer:

- a) Reforma da previdência social (PEC 287/2016): esta política provocou a igualdade em relação à idade de mulheres e homens, assim, as trabalhadoras rurais passaram a contribuir por mais 10 anos;
- b) Contrarreforma trabalhista (Lei nº 13.476/2017): houve a ampliação da jornada de trabalho, a redução de intervalo, a possibilidade de negociação entre empregados e empregadores, as gestantes passaram a trabalhar em lugares considerados insalubres, colocando em risco a vida da mulher e do feto;
- c) PEC 151/2015: Conhecida como PEC Cavalo de Tróia, esta política provocou insegurança jurídica sobre os casos de aborto já previstos em lei desta forma, as mulheres passaram a ser consideradas criminosas em potencial;

d) PEC 241/2016: conhecida como “PEC da Morte”, congelou o orçamento público por 20 anos, violando direitos fundamentais como o da saúde e o da educação.

Sendo assim, compreende-se que o governo Temer iniciou seu mandato findando com ministérios estratégicos na perspectiva da inclusão e da coesão social, componente fundante do projeto nacional (SILVA *et al.*, 2017). Silva *et al.* (2017) comentam que a PEC 241/2016 foi facilitada por Temer, provocando cortes nos gastos sociais (saúde, educação e assistência social) por 20 anos sem haver negociação junto a classe trabalhadora, sendo inteiramente antidemocrática.

Ainda conforme Silva *et al.* (2017), o programa “Uma ponte para o futuro”, criado para a preservação e viabilidade do desenvolvimento da economia brasileira fragilizou o Programa Bolsa Família, para sua provável extinção no futuro. Os autores complementam que o programa de Benefício da Prestação Continuada (BPC) passou a penalizar pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência, público com renda inferior à quarta parte do salário mínimo e complementam, enfatizando que as reformas do governo esmagaram a classe trabalhadora, retirando direitos já adquiridos (SILVA *et al.*, 2017).

Para Martins (2023), o curto governo de Michel Temer não contribuiu para o enfrentamento da pobreza no Brasil, uma vez que os custos da dívida social foram ampliados, provocando a redução do repasse de recursos para ações e programas de combate à pobreza, como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida. No âmbito do Programa Bolsa Família, o governo Temer reajustou o valor de benefício em 12,5 % em 2016, em 5,67 % em 2017, mas, no balanço geral, 5,2 milhões de pessoas foram cortadas do programa, fazendo com que, em 2017, houvesse um aumento de 11 % de pessoas vivendo na extrema pobreza (4,83 milhões de pessoas) (MARTINS, 2023).

Ainda segundo Martins (2023), o governo Temer foi um período marcado por reformas liberalizantes, com uma série de emendas à Constituição Federal, que provocaram um retrocesso para os mais pobres. Para ele, a reforma trabalhista, instituída pela Lei n°. 13.467/2017, tornou o mercado de trabalho formal precário com a flexibilização e a terceirização dos contratos de trabalho (MARTINS, 2023).

5. Governo Bolsonaro (2019-2022)

Em 2019, iniciou-se o maior retrocesso da rede de proteção social, bem como também do meio ambiente, do direito à terra por parte dos trabalhadores rurais, indígenas e ribeirinhos, dos direitos dos negros, dos LBGTQI+ (COHN, 2020). Martins (2023) comenta que o governo Bolsonaro promoveu uma paralisia nas políticas públicas, especialmente as de enfrentamento à pobreza. Segundo o autor, Bolsonaro avançou com o processo da Reforma da Previdência Social, golpeando a massa trabalhadora do Brasil. Até 2020, o Estado tentou camuflar a real situação do país e milhares de pessoas não conseguiram deixar a linha da pobreza, havendo assim expressivo aumento das desigualdades sociais. O impacto da retração do investimento do Estado, o aumento de taxas de desemprego e o empobrecimento da população agravaram vários indicadores sociais (MARTINS, 2023).

O Relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2021) aponta que Bolsonaro desmontou as instituições públicas e as políticas sociais do país. Conforme apresentado no relatório, importantes setores da população foram afetados pela fome, pela pobreza, pelo desemprego e muitas flexibilizações da legislação referente à fiscalização ambiental (INESC, 2021). Os dados apresentados no estudo do INESC (2021) constam no Quadro 2.

Quadro 2 – Setores afetados pelo Governo Bolsonaro

Área	Problemas
Saúde	Falta de recursos para a Covid-19; Perda de R\$ 10,7 bilhões entre 2019 e 2021, o que corresponde a uma redução de 7% em dois anos
Habitação Popular	Falta de recurso para novas ações, desde o início do governo em 2019; Extinção do programa Minha Casa Minha Vida, faltou recursos orçamentários para habitação social
Educação	Falta de recursos para o transporte escolar, para as universidades, para melhoria da infraestrutura das escolas e o ensino superior; Queda da execução orçamentária entre 2019 e 2021, recursos com R\$ 8 bilhões a menos. O valor autorizado para 2021 foi cerca de R\$ 3 bilhões a mais que em

	<p>2020, porém, a execução financeira foi menor;</p> <p>Plano Nacional não cumprido;</p> <p>O financiamento deveria estar em 7% do Produto Interno Bruto (PIB) desde 2019, mas alcançou apenas 5,6%</p>
Meio Ambiente	<p>Queda nos gastos com os órgãos ambientais (Ministério do Meio Ambiente, Ibama, ICMBio, Jardim Botânico), incluindo também o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (FNMC):</p> <p>2019 – 3,08 bilhões.</p> <p>2020 – 2,99 bilhões;</p> <p>2021 - 2,5 bilhões</p>
Povos Indígenas	<p>Queda nos gastos com a Fundação Nacional do Índio (Funai).</p> <p>Entre 2019 e 2020, os recursos para essas finalidades caíram cerca de R\$ 36 milhões</p> <p>Em 2021, foram autorizados R\$ 746,34 milhões para o orçamento da, mas apenas R\$ 139,80 milhões foram executados com impactos negativos nas comunidades indígenas, como a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, gestão ambiental e territorial, entre outras políticas públicas de assistência</p>
Promoção da Igualdade Racial	<p>2021 apenas R\$ 3 milhões foram autorizados com o fim de financiar diversas ações, como o fortalecimento institucional dos órgãos estaduais e municipais de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial</p>
Combate à Violência à Mulher	<p>Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos:</p> <p>2019 – Orçamento de R\$ 562,80 milhões e a pasta executou 46%.</p> <p>2020 – Orçamento de 800,60 milhões e a pasta executou apenas 49%</p> <p>2021 – Orçamento de 488,80 milhões e a pasta executou apenas 50% (R\$ 246,00 milhões)</p>
Assistência à Criança e ao Adolescente	<p>Gastos desta subfunção em 2021 são, em termos reais, 28,1% menores que os</p>

	de 2019, passando de R\$ 531 milhões para R\$ 382 milhões entre 2019 e 2021; A educação infantil passou de R\$ 446,82 milhões em 2019 para apenas R\$ 100,61 milhões em 2021
Quilombolas	Em 2021, foram autorizados apenas R\$ 340 mil para a ação de reconhecimento e indenização de territórios quilombolas

Fonte: Adaptado de Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2021).

Compreende-se que foram várias as políticas sociais, especialmente na transferência de renda à população brasileira. Houve avanços e retrocessos no desenvolvimento dessas políticas do governo FHC até o governo Bolsonaro.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DOS AVANÇOS E/OU RETROCESSOS (1995 – 2022)

Este capítulo traz uma comparação dos programas desenvolvidos em cada governo, apresentando avanços e/ou retrocessos em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Por meio do presente estudo, observou-se avanços e retrocessos em relação a políticas sociais no Brasil durante o período analisado. Os maiores avanços ocorreram durante o governo FHC e especialmente no Governo Lula.

Ao analisarmos o governo de Fernando Henrique Cardoso podemos determinar que houve um grande avanço nas políticas sociais quando comparamos com as décadas de inflação crônica que antecederam o Plano Real. É importante destacar que FHC assumiu o governo em um momento crítico em relação à situação social da

população do país. Havia um grande contingente de brasileiros vivendo em situação de pobreza e indigência, com elevados índices de desigualdades de riqueza e de renda. E diante da gravidade da situação social brasileira, foram necessários programas e medidas a curto prazo, como ressalta Tiezzi (2004).

Desta forma, o Governo FHC pretendeu uma conciliação da estabilização com as metas de reforma e melhoria da eficiência das políticas públicas. Buscou-se: a descentralização; a transparência e acompanhamento; a flexibilização - abertura de setores para investimentos privados/ privatizações e, parcerias com iniciativas da sociedade civil (terceiro setor) e, a focalização - critérios para selecionar a população-alvo de programas (PINHEIRO JUNIOR, 2012).

Mesmo com as dificuldades e desafios na condução da política econômica para manutenção e eficácia do Plano Real, no governo FHC, a partir da introdução de ações públicas coordenadas contra as causas estruturais da pobreza e transferências diretas de renda aos cidadãos, houve grandes mudanças em relação à assistência aos mais pobres, considerando que a gestão era centralizada no governo federal, eliminando auxílios variados intermediados pelo poder público local como: doações de cestas básicas, entrega de leite, distribuição de água na seca, entre outros.

Portanto, é possível verificar que houve um grande avanço nas políticas sociais durante o governo FHC mesmo com alguns problemas como a precariedade da saúde, acesso limitado a uma educação pública de qualidade, a má distribuição de renda e a desigualdade social não tenham sido resolvidos. Seu governo buscou a estabilização econômica e o combate à exclusão social.

O Governo Lula, mesmo sendo considerado, por muitos, uma continuidade de seu antecessor (FHC) em relação à economia, desenvolveu políticas sociais que tiraram milhares de pessoas da pobreza absoluta, principalmente pelo Programa Bolsa Família. Além disso, houve grandes resultados em relação ao combate à fome no país. Houve também grandes avanços em relação à universalização da educação do país, pela criação do Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), por programas que oportunizam alunos mais pobres a cursarem o Ensino Superior e cursos de pós-graduação e pela criação de novas universidades e escolas técnicas.

Os maiores avanços em políticas sociais no período estudado ocorreram no governo Lula. O governo Lula tinha como propostas para a área social colocar os mais pobres no centro da política social, como destaca Almeida (2004). Conforme afirmam Miani e Oliveira (2022), no governo Lula, o desemprego diminuiu, ocorreu o controle da inflação e a valorização do salário mínimo, promoveram-se políticas de igualdade racial e de gênero, além de desenvolvimento de programas voltados à educação entre outras conquistas.

Para Almeida (2004), as políticas sociais de Lula seguiram, no início do governo, as das administrações anteriores, especialmente as do governo FHC, dando ênfase a programas assistenciais e não a políticas universais e habilitadoras. Também neste pensamento Fagnani (2011) destaca que o foco principal do governo Lula eram os programas de transferências diretas de renda em oposição às políticas universais.

A primeira – Mudança ou Continuidade (2003-2005) – é marcada pela manutenção da ortodoxia econômica que teve consequências nos rumos tensionados da política social. Conviviam no seio do próprio governo forças defensoras do Estado Mínimo e setores que defendiam os direitos universais. A segunda – Ensaio Desenvolvimentista (2006-2010) – é marcada pelo arrefecimento dessas tensões. A crise financeira internacional (2008) mitigou a hegemonia do pensamento neoliberal e a agenda do “Estado Mínimo” perdeu força. O crescimento econômico voltou a ter destaque na agenda do governo. a melhoria do mundo do trabalho e das contas públicas abriu espaço para a ampliação do gasto social (FAGNANI, 2011, p. 1).

Assim, o crescimento econômico voltou a ter destaque na agenda do governo, com melhoria do mundo do trabalho e das contas públicas abrindo espaço para a ampliação do gasto social, mas com o espectro do retrocesso ainda vivo, mas com menor intensidade.

Ainda nesse pensamento, Pochmann (2011) destaca que com o governo Lula, houve a recuperação do papel do Estado, o que foi fundamental para que o Brasil pudesse lutar pela superação do subdesenvolvimento. A quebra do pensamento neoliberal de “Estado Mínimo” possibilitou ao governo Lula aumentar os investimentos do governo na economia e isto serviu de base para o lançamento da candidatura da Dilma Rousseff, para dar continuidade aos projetos desenvolvimentistas do governo. Dilma havia sido escolhida para estar à frente do plano e assim aumentar sua

visibilidade e ter condições de construir uma candidatura forte nas eleições presidenciais de 2010. Dilma vence as eleições e o plano de continuidade é a base do seu governo.

No governo Dilma não houve avanços ou retrocessos significativos em relação às políticas sociais. O seu governo seguiu e defendeu o projeto social-desenvolvimentista do governo Lula. A proposta do governo de Dilma Rousseff era basicamente dar continuidade às políticas iniciadas no governo Lula, inclusive no plano econômico, principalmente na tentativa de conter os efeitos da crise econômica (MIANI; ILIVEIRA, 2022).

A presidente gradativamente foi ampliando as políticas existentes, apresentando e implementando suas próprias políticas. Porém, como destaca Martins (2023), muitos programas e políticas sociais do governo não conseguiam ser eficientes, apesar dos esforços. O autor destaca que a crise aprofundada a partir de 2014 fez com que aumentasse o número de pessoas em situação de pobreza.

Como destacado por Silva *et al* (2017), devido à crise econômica, ocorreu uma crise política, o governo Dilma se tornou frágil no seu segundo mandato, houve o enfraquecimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e fortalecimento da oposição. Com isso o governo não conseguiu apoio para as pautas que propôs ao Congresso Nacional, restringindo o Estado em relação às políticas sociais, ficando este voltado mais para o fator econômico. Houve no país aumento na taxa de desemprego e aumento da inflação. A presidente Dilma sofre um impeachment e afastada do governo.

Marques, Ximenes e Uginò (2018) comentam que as políticas realizadas durante o governo Lula e Dilma (2003 a 2015) provocaram discussão entre especialistas, entre críticos, tanto da esquerda como da direita. Conforme explicam os autores, pela esquerda, as políticas desse período foram consideradas limitadas, por não estarem associadas a medidas que promovessem alteração da estrutura oligárquica e desigual da sociedade brasileira e, algumas delas retiraram direitos dos trabalhadores. As críticas da direita iniciaram-se a partir da política de transferência de renda nos salários da base da pirâmide do mercado de trabalho, o que prejudicava a contratação de trabalhadores a qualquer preço (MARQUES; XIMENES; UGINO, 2018).

Já no governo Temer houve um grande retrocesso no que diz respeito às políticas sociais. Pode-se dizer que ocorreu um desmonte das políticas sociais

construídas nos treze anos de governos petistas. Martins (2023) destaca que o curto governo de Michel Temer não contribuiu para o enfrentamento da pobreza no Brasil, uma vez que os custos da dívida social foram ampliados, provocando a redução do repasse de recursos para ações e programas de combate à pobreza, como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida. Alguns programas foram reduzidos e outros programas foram totalmente extintos.

Silva *et al* (2017) também destacam os impactos negativos do governo Temer nas políticas sociais do período, principalmente os da PEC 241/2016. Segundo as autoras a PEC provocou cortes nos gastos sociais (saúde, educação e assistência social) de forma completamente antidemocrática. Conclui-se, portanto, que no governo houve um grande retrocesso nas políticas sociais e como destacado por Martins (2023), a série de emendas à Constituição Federal provocaram um retrocesso para os mais pobres.

Mas os maiores retrocessos nas políticas sociais no Brasil, no período estudado, ocorreram no governo Bolsonaro. O plano de governo ultraneoliberal, com políticas voltadas a cortes de gastos do estado, seguido de uma forte recessão econômica gerada pela pandemia do coronavírus (COVID-19), geraram uma forte retração do investimento do Estado. A falta de recursos afetou áreas como educação, saúde, meio ambiente, entre outras, paralisando as políticas públicas, especialmente as voltadas para a redução da pobreza (CASTILHO, LEMOS, 2021).

De acordo com Rodrigues (2022), os três primeiros anos de mandato de Bolsonaro foram marcados pelo autoritarismo e desconstrução de políticas de proteção social, sugerindo um retrocesso em relação às políticas sociais. A autora destaca que as políticas públicas desse governo foram marcadas pelo recuo orçamentário típico das políticas de austeridade.

Importante destacar também que o governo Bolsonaro desmontou as instituições públicas e as políticas sociais do país, segundo o relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2021) e que conforme apresentado no relatório, importantes setores da população foram afetados pela fome, pela pobreza, pelo desemprego e pela informalidade. Com isso pode se dizer que no governo Bolsonaro houve o maior retrocesso nas políticas sociais do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os avanços e retrocessos das políticas sociais no Brasil entre os períodos de 1995 a 2022, da implementação do Plano Real aos anos de pandemia do coronavírus (COVID-19). Para isso, foram apresentados a conjuntura brasileira contemporânea e as principais políticas sociais implementadas em cada governo do período em questão.

O estudo mostrou que os primeiros avanços ocorreram no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), que precisou adotar políticas urgentes, dada a situação crítica da situação social da população brasileira, após décadas de inflação crônica. Mas os maiores avanços ocorreram no governo de Lula (2003 a 2010), uma vez

que os auxílios variados que ocorriam no país foram substituídos por políticas sociais de combate à pobreza. O governo Lula implementou uma política desenvolvimentista por meio de transferência direta de renda, quebra da ideia de “Estado Mínimo” com maior investimento do governo na saúde, educação, moradia e previdência social.

Já no governo Dilma (2011 a 2016) não houve avanços ou retrocessos significativos, visto que o foco principal de seu governo era dar continuidade ao modelo desenvolvimentista do governo Lula. É importante destacar que este modelo desenvolvimentista, dos anos de governo petista, representou um período de grande melhoria na situação social brasileira, embora tenha dividido opiniões no que diz respeito à sua eficácia e às suas consequências econômicas.

Em relação aos retrocessos, estes se iniciaram no governo Temer (2016 a 2018), quando após uma forte recessão econômica (2014 a 2016), o governo implementou uma política com base neoliberal e ocorreu um desmonte das políticas sociais construídas nos treze anos de governos petistas.

O retrocesso se acentua mais ainda no governo Bolsonaro (2019 a 2022), onde a implementação de uma política ultraneoliberal, acompanhada da crise econômica gerada pela pandemia do coronavírus (COVID-19), resultou em uma forte retração do investimento do Estado. A falta de recursos afetou áreas como educação, saúde, meio ambiente, entre outras, paralisando as políticas públicas, especialmente as voltadas para a redução da pobreza., especialmente programas como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. A volta da fome no país, a pobreza, o desemprego e a informalidade marcaram esses dois últimos governos.

Ao tomar como foco a temática das políticas sociais no Brasil, foi possível refletir sobre os principais avanços e retrocessos socioeconômicos no que tange o desenvolvimento econômico e social no Brasil, possibilitando assim o entendimento a nível social, de que as ações e programas sociais podem corroborar com a mitigação da disparidade social e inclusão de todos. Além disto, apesar das políticas sociais não serem as soluções definitivas de combate à pobreza e à desigualdade social, é correto dizer que elas são um importante auxílio.

O presente estudo evidenciou a necessidade de maior aprofundamento no tema, afim de compreender mais especificamente os motivos pelos quais apesar dos avanços na implementação de políticas sociais, são observados muitos retrocessos e

desafios como ampliação, acompanhamento e integração dos serviços prestados. O estudo abre a possibilidade de pesquisas futuras de como as políticas sociais são afetadas por fatores histórico-culturais que culminaram em maior concentração de renda e riqueza, por exemplo, assim como por questões econômicas envolvendo períodos inflacionários e crises das mais diversas, internas e externas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. A. **Ordem do Progresso - Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2ª Edição Revista e Atualizada. Atlas. 2014. Disponível em < [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595157408/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml-cover-page\]!/4/2/2/4%4051:80](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595157408/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml-cover-page]!/4/2/2/4%4051:80)> Acesso em 12 mai 2022.

ALMEIDA, M. H. T. A Política Social no Governo Lula. **Novos Estudos**, n. 70. 2004. Disponível em < http://socialsciences.scielo.org/pdf/pdf/s_nec/v1nse/Maria_Herm%EDnia_Tavares_de_Almeida.pdf>. Acesso em 12 nov 2022.

BARBOSA, D. C. A. **O Desafio da Intervenção Social com Famílias Vulneráveis: análise do Projeto Família Cidadã no CRAS Santa Rosa**. Monografia. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte. 2017. Disponível em <http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2339/1/O%20DESAFIO%20DA>

%20INTERVEN%C3%87%C3%83O%20SOCIAL%20COM%20FAM%C3%8DLIAS%20VULNER%C3%81VEIS.pdf. Acesso em 15 ago 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. 2020. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm>. Acesso em 25 mai 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Ações de Combate à Pandemia da Covid-19. 2020, 2021, 2022.** 2022). Disponível em < <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-combate-a-covid-19/acoes-2020-combate-a-covid-19>>. Acesso em 22 mai 2022.

BRASIL. **Plano Real.** Banco Central do Brasil. 2020. Disponível em < <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>>. Acesso em 15 mai 2022.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Rev. Katálisis**, v.24, n. 2.2021. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/>>. Acesso em 26 mai 2022.

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M.C. de; ANDRADE, C. C. de. **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Ipea, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9094/1/Juventude%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20no%20Brasil.pdf> Acesso em: 15 ago 2021.

COHN, A.. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, n. 109, p. 129-160, 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ln/a/Y3jzjrjsLPLS9QfRhnC3kvG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 15 fev 2023.

DRAIBE, S. (A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, v.15, p. 63-101. 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ts/a/GBKWMqJqgmbVQXMyYVGpQNh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 1 jul 2023.

DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M.; ROSSI, P. **Austeridade e Retrocesso: Impactos Sociais Política.** 1º Edição, v.1. São Paulo. 2018. Disponível em < <https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2018/08/Impactos-sociais-da-poli%cc%81tica-fiscal.pdf>>. Acesso em 4 jun 2022.

DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. Interpretações Sobre o Brasil Contemporâneo. Os impactos da regra fiscal em um contexto de desaceleração econômica. **AdUFRJ**. 2018. Disponível em < https://www.adufrj.org.br/wp-content/uploads/2018/10/aula_esther-dweck.pdf>. Acesso em 2 jun 2022.

DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A **A política fiscal do Governo Dilma e a Crise Econômica**. Campinas: IE/Unicamp. 2017. Disponível em < <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3532/TD303.pdf#:~:text=O%20argumento%20%20C3%A9%20que%20o%20aumento%20de%20gastos,crise%20fiscal%20que%20leva%20%20C3%A0%20retra%C3%A7%C3%A3o%20do%20crescimento.>> Acesso em 26 mai 2022.

FAGNANI, E. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **ER Social, Brasília**, v. 13, n. 28, p. 41-80, jan./jun. 2011. Disponível em < https://www.periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12682/11084>. Acesso em 23 nov 2022.

FOCHEZATTO, A. Políticas de estabilização macroeconômica do plano real e seus efeitos sobre o agronegócio brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 41, p. 779-802, 2004. Disponível em <https://old.scielo.br/pdf/resr/v41n4/v41n4a04.pdf>. Acesso em 4 jun 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)**. Brasília, 2009.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - Inesc. **A Conta do Desmonte - Balanço Geral do Orçamento da União**. 2021. Disponível em < <https://www.inesc.org.br/acontadodesmonte/>>. Acesso em 27 fev 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Conjuntura e Política Social**. In: Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise. n°. 10. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/CONJ_POL_SOCIAIS10.pdf> Acesso em: 15 ago 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Educação (Capítulo 4). In: **Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 27, 2020**. Brasília: IPEA, 2020, p. 129 - 164. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36260&Itemid=9>. Acesso em: 6 jun 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Educação (Capítulo 4). In: **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**. Brasília: IPEA, 2011, p. 129 - 164. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf>. Acesso em: 16 ago 2021.

JANNUZZI, P. M. Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v.36, n. 1, p. 51-72. 2002. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4285789/mod_resource/content/1/Jannuzzi_Indicadores%20sociais%20na%20formula%C3%A7%C3%A3o%20e%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em 12 jul 2023.

SANTOS, AA. C. L.; SANTOS, V. A.; SILVA, R. T. F.; BEZERRA, Kassandra Q.; CONSERVA, M. S. **Os Impactos das Reformas no “Governo Temer” para as Políticas Sociais**. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais

Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis– 23 a 25 de outubro de 2017. 2017. Disponível em < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180129/103_00436.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. acesso em 12 fev 2023.

MARQUES, R. M.; XIMENES, S. B.; UGINO, C. K. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 3 (152), p. 526-547. 2018. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ecos/a/TT3zVmsGKxTZpCkLz93CjBG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 12 fev 2023).

MARTINS, V. Políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil. **Trab. soc.** v. 24 n.1 Bogotá. 2023. Disponível em < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2256-54932022000100071>. Acesso em 28 fev 2023).

MIANI, R.A.; OLIVEIRA, G. C. **As políticas sociais do governo Dilma Rousseff retratadas por meio da charge na imprensa sindical**. IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneosv Seminário Nacional de Território e Gestão De Políticas Sociais; IV Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. 2022. Disponível em < <http://www.uel.br/pos/sersocial/pages/arquivos/Congresso%202022/Movimentos%20Sociais%20e%20participacao%20social/6498-407717-56770-2022-04-05.pdf>>. Acesso em 2 fev 2023.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, J. G. A. **O Plano Real e a Estabilização Inflacionária**. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. 2015. Disponível em <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1292/1/JGAMiranda.pdf>>. Acesso em 12 mai 2022.

OLIVEIRA, G.; TUROLLA, F. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. **Tempo Social – USP**. 2003. Disponível em < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/20989/S0103-20702003000200008.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em 27 jul 2023.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional São Paulo**. Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em < <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>>. Acesso em 12 out 2022.

PINHEIRO JUNIOR, F. A. F. S. **A Evolução das Políticas Sociais no Brasil: o período de 1930 a 2010**. Políticas Públicas. 2012. Disponível em < <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/a-evolucao-das-politicas-sociais-no-brasil.pdf>>. Acesso em 12 out 2022.

RODRIGUES, R. Três anos de governo Bolsonaro: o desmonte das políticas públicas e de proteção social. **Revista Fórum**. 2022. Disponível em < <https://revistaforum.com>>.

br/debates/2022/1/19/trs-anos-de-governo-bolsonaro-desmonte-das-politicas-publicas-de-proteo-social-por-rafaela-rodrigues-108967.html>. Acesso em 12 mai 2022.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2 p. 393-420. 2019. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ecos/a/qMmsj7myGwszkK54T7PNDXH/?format=pdf&lang=pt> <. Acesso em 15 ago 2023.

SILVA, R. T. F.; SANTOS, A. C. L.; CONSERVA, M. S.; SANTOS, V. A.; BEZERRA, K. Q. **POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: Do Neoliberalismo ao governo Temer**. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. 2017. Disponível em < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/politicassociaisnobrasildoneoliberalismoaogovernotemer.pdf>>. Acesso em 12 mai 2022.

SILVA, S. P. Políticas de Inclusão Produtiva: O “Elo Perdido”. da Proteção Social? Políticas Sociais: acompanhamento e análise. **BPS**, n. 27. 2020. Disponível em < https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/politicas_sociais/201007_BPS27_notas_pol_social.pdf>. Acesso em 4 jun. 2022.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/urbe/a/3MJh66qb4LrfjwrFLdyttrQ/>>. Acesso em 24 mai 2022.

TIEZZI, Sérgio. A organização da política social no governo Fernando Henrique Cardoso. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 49-56. S. Paulo, 2004. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/spp/a/CyfjQpS5pVdhJqdSGnwdxzG/>>. Acesso em 2 nov 2022.

TURTELLI, L. S. **Relações entre imagem corporal e qualidades de movimento: Uma reflexão a partir de uma pesquisa**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

VIEIRA, R. Crise do Governo Dilma: Crise Econômica Internacional e o “Ensaio Desenvolvimentista”. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. 2018. Disponível em < <https://www.periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23463> > Acesso em 12 mai 2022.

VIEIRA, S. **Análise da Política Econômica do Governo Lula**. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2011. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121100/299001.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 22 mai 2022.

WERNECK, R. L. F. Consolidação da estabilização e reconstrução institucional. 1995-2002. In: ABREU, M. P. A. **Ordem do Progresso - Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2ª Edição Revista e Atualizada. Atlas. 2014a.

WERNECK, R. L. F. Alternância política, redistribuição e crescimento, 2003-2010. *In*: ABREU, M. P. A. **Ordem do Progresso - Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2ª Edição Revista e Atualizada. Atlas. 2014b.